

Nº 967

Nº 53834

ANA MARIA CARRIÃO

REC-06/03/09



sumário

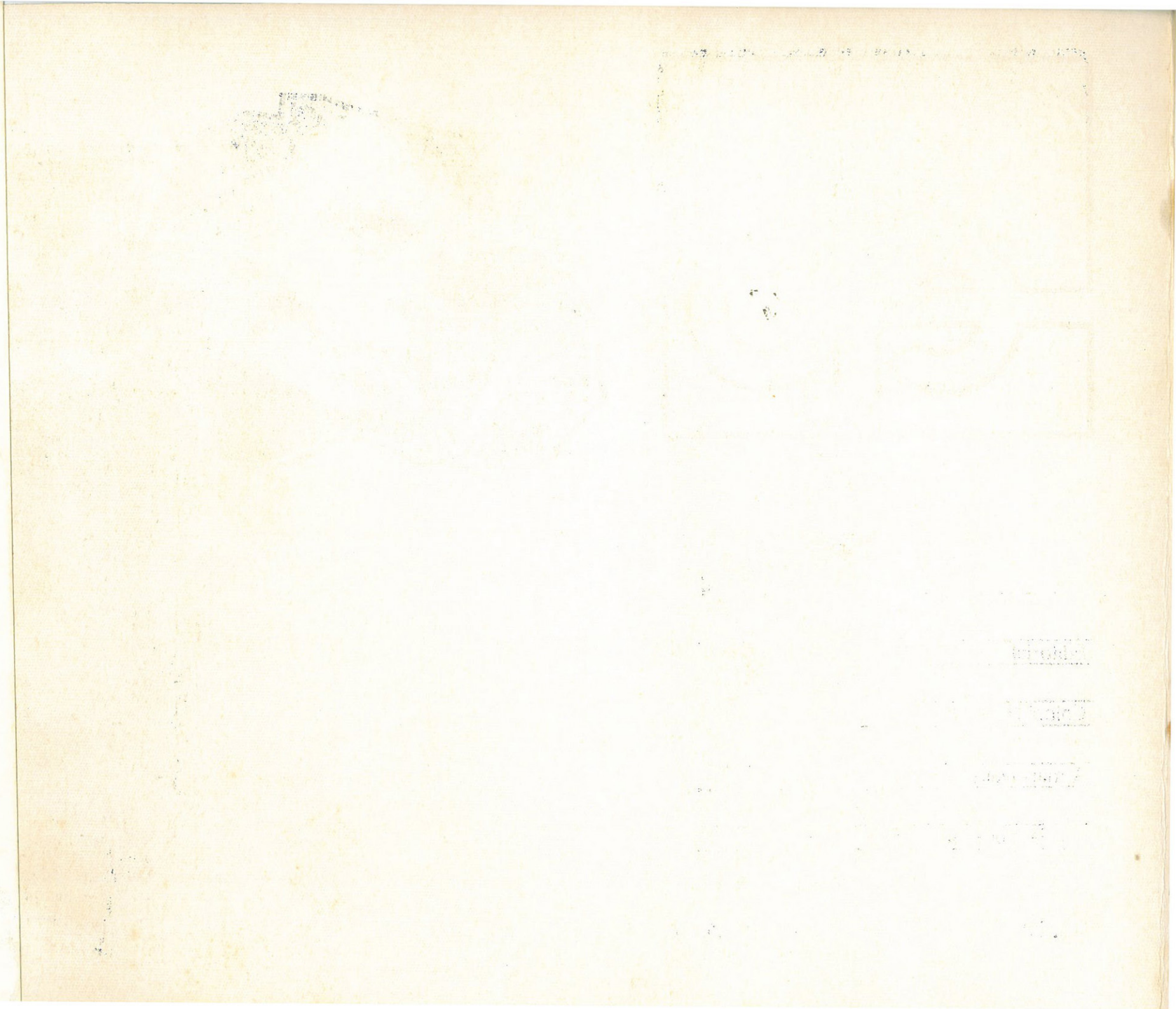
Editorial	1
Colonialismo-I	2
A mais-valia	5
Teoria moderna da colonização	6

A.E.F.C.L.

MAIO/71



1



# Editorial

Sabes o que é o ELO?

O ELO não é novo na Faculdade de Ciências; ele tem já tradições, pois existiu num momento de crise do movimento associativo, quando da luta contra a Comissão Administrativa imposta pelo Governo à nossa Associação, de 65 a 68.

Nessa altura, consistia num boletim informativo com carácter geral (artigos de âmbito pedagógico, cultural, etc.) como órgão do movimento associativo de Ciências, na luta pela reconquista da Associação para os estudantes.

Agora reaparece com um âmbito especificamente cultural, com vista a defender os interesses culturais dos estudantes.

Nesse sentido, que nos indica o programa de trabalho da Associação aprovado para este ano?

"...- facilitar aos estudantes a aquisição de dados tanto quanto possível exactos e correctos;

- fomentar a análise e discussão do seu significado, das suas causas e das suas possíveis consequências.

Em suma, incentivar a elevação do poder crítico dos estudantes."

Para tal, uma revista como o ELO deverá ser um instrumento das comissões de curso culturais no seu trabalho de organização de:

"...- colectâneas de estatísticas sobre a questão do orçamento-sua distribuição pelos vários campos: educacional, militar, etc.

- elaboração de textos que sintetizem as análises feitas sobre o desenrolar histórico dos Descobrimentos e das suas implicações na economia portuguesa (ao longo dos anos e fundamentalmente no momento presente).

- meetings (reuniões de estudantes) sobre a situação actual dessa mesma economia.

- peças de teatro que procurem fazer ressaltar os vários reflexos dessa mesma economia nos problemas que diariamente se lhes vão pondo, etc."

Desta forma no ELO, saíam textos polémicos extraídos de alguns livros e revistas, com os quais não se compartilhará necessariamente, as mesmas ideias, mas cujo objectivo é levar os estudantes a interessarem-se, pelo seu conteúdo, analisá-lo e discutí-lo mais aprofundadamente.

Para que o ELO saia é necessário pois, que as comissões de curso da cultural apresentem os seus artigos, Por isso integra-te na tua comissão de curso. *Comissão Coordenadora*

# COLO NIA LISMO 1

## INÍCIO DA EXPANSÃO PORTUGUESA: AS DETERMINANTES ECONÓMICAS

**C**omo foi que Portugal pôde entrar na posse dos seus vastos territórios africanos?

Não foi por mero acaso, nem pelo gosto lírico de enfrentar o perigo e "dar novos mundos ao mundo", como muitas vezes folclóricamente se apregoa, que surgiu o começo da expansão marítima portuguesa. Embora efectivamente a coragem dos seus empreendedores fosse incontestável o que acontecia na altura era que os cofres do Estado estavam vazios. A perspectiva de riquezas ignoradas, que pudessem debelar o grave "déficit", norteou desde o principio toda a acção dos descobrimentos.

A empresa arriscada e dispendiosa, encontrou um financiador na opulenta Ordem de Cristo, da qual fazia parte o Infante D. Henrique, e que a breve trecho se tornou numa instituição capitalista enriquecida pelo açúcar da Madeira, ouro e negros africanos.

Mais do que o desejo de desenvolver uma acção civilizadora junto das populações indígenas, era o interesse económico que prevalecia nos contactos humanos. A atestá-lo está o facto de, desde a sua descoberta em 1486, nunca esteve Angola ao serviço dos seus próprios interesses. Ela servia exclusivamente os objectivos metropolitanos então centralizados no Brasil, e que se traduziam na obtenção de mão-de-obra escrava. No séc. XVII os dois objectivos principais da penetração portuguesa em Angola eram a prata e os escravos.

-Em 1604, os considerados centros de prata onde tal metal não foi encontrado pelas expedições portuguesas, funcionavam quase inteiramente como postos de embarque para o tráfico de escravos, que constituíram a mão-de-obra fornecida pela costa ocidental africana para as plantações brasileiras. Alguns dados destas exportações: Angola-entre 1580-1680, 1.000.000 sendo 8500 para o Brasil entre 1680-1836, 2.000.000 mais concretamente de Luanda e Benguela. Moçambique-entre 1730-1800, 200.000; entre 1800-1850 300.000-5000.000. Total (1500-1820): 4 a 5 milhões. Nos séculos XVII, XVIII e XIX Angola foi sempre a maior área de abastecimento dos escravagistas para as plantações e minas do outro lado do Atlântico. O seu papel na economia brasileira era inteiramente indispensável. Um slogan do séc. XVII era que "sem açúcar não há Brasil, e sem Angola não há açúcar". A extensão e o tipo da presença portuguesa estavam, assim determinados pela economia escravagista. Em toda a costa africana, aliás, se notava esse movimento açambarcador de escravos. Em 1757, os comerciantes da Baía pediam a D. José que aprovasse a organização da nova companhia que pretendiam estabelecer para a exploração do comércio da Costa da Mina e o officio do Marquês de Pombal dizia que ninguém podia duvidar que os escravos fossem pelo preço a que se compravam ou comutavam os mais importantes géneros da América. No movimento de pesquisa de escravos era necessária uma certa penetração no interior, para compra ou captura pelo que a extensão do território da parte ociden

## A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA EM ÁFRICA

# COLO NIA LISMO

## 1

(continuação)

tal controlado por Portugal era maior. Nem sempre todavia, Portugal teve o controle deste comércio sobre a região africana. Por alturas de 1770 o Brasil absorvia todo o comércio e navegação de Angola, com exclusão de Portugal. Era o centro de um comércio triangular cujos dois outros vértices eram a Ásia (tecidos) e Angola (escravos). No limiar do séc. XIX, Portugal estava completamente afastado dos territórios africanos em consequência do crescente domínio político-económico do Brasil, cuja agricultura e minas necessitava sofregamente de mais mão-de-obra negra.

As relações económicas afro-brasileiras cada vez mais potentes, levavam ao tempo, a pensar numa comunidade entre África e Brasil. Quando da independência deste território a ideia da união surgiu embora não tivesse realização efectiva, o que vem demonstrar no entanto a fortaleza dos laços comerciais existentes entre as duas regiões. O Brasil tinha na Inglaterra um poderoso antagonista que via nesse comércio escravagista um factor de concorrência de mão-de-obra em relação aos produtos das suas Índias orientais. Nesse sentido, a diplomacia britânica começou a desenvolver uma série de pressões junto a Portugal e Brasil. Em 1826, foi assinada uma convenção em que se estabelecia por mais três anos apenas o comércio negreiro. Os interesses económicos dividiam-se. Pelo lado do Brasil, a abolição significava duro golpe na exploração do açúcar e das minas. Apesar da oposição britânica, os contrabandistas traficantes reforçando as suas esquadras nos estaleiros americanos

conseguiram incrementar cada vez mais o tráfico. Até cerca de 1850, a África continuou a ser a fonte, onde sequiosamente, os escravistas brasileiros e americanos iam procurar o potencial humano capaz de lhe assegurar rendosos lucros. O miserável negócio de carne humana veio a terminar então, não porque súbitamente os seus defensores tivessem sido aqometidos por excelsos sentimentos de humanitarismo, mas porque a continuação do comércio dos escravos começava a criar um desequilíbrio perigoso entre classes livres e oprimidas.

A meio do Séc. XIX, os estabelecimentos africanos era quase tudo quanto restava do império português. Mergulhada no declínio, com a supressão do comércio escravocrata a costa ocidental só viria a atrair novamente as atenções dos portugueses quando as potências industriais europeias no fim do séc. passado começaram a sua 'guerra africana'.

## O ADVENTO COLONIALISTA

Em 1880, as possessões europeias na África circunscreviam-se a faixas litorais: Argélia, Senegal, Gabão (França); Gambia, Serra Leoa, Costa do Ouro e Lagos (Inglaterra); Angola e Moçambique (Portugal).

Súbitamente, a África começou a polarizar em grande escala, as atenções dos europeus. No velho Continente, a revolução industrial e tecnológica exigia, na sua crescente expansão, uma maior quantidade de matérias-primas e por outro lado, a abertura de novos mercados para os seus produtos. Sob a forma de companhia concessionária, que com os → 4

# COLO NIA LISMO

## 1

(continuação)

seus estatutos, polícia, diplomacia e orçamentos orientava as áreas já dominadas e procurava novos territórios, a burguesia europeia lançava os seus tentáculos sobre o continente negro, independentemente da iniciativa estatal.

Estas formas mistas -companhias privadas exercendo poderes públicos- foram noções institucionais exactas do novo imperialismo. O ímpeto por detrás da "corrida para a Africa" foi motivado, como se disse, pela economia vigorosa que impulsionava a Europa Ocidental: e suas pontas de flecha eram, lógicamente, as grandes companhias ultramarinas. A expansão foi espontânea, uma explosão elementar e um derrame de forças económicas em maré alta, não um artefacto político antecipadamente planeado.

Com o desenvolvimento do processo, as considerações políticas entraram no jogo, e os Estados depressa se apressaram dos protectorados empresariais convertendo-os em vastas colónias.

As manobras das grandes potências europeias -Inglaterra, França e Alemanha- empurraram os portugueses para situações verdadeiramente críticas na última vintena do século passado, e levaram Portugal a uma acção que de modo algum se justificava dada a inexistência de grandes companhias nos seus domínios. A penetração para a Africa Central pelo Rio Congo era fruto de uma manobra dos ingleses apreensivos pelas incursões francesas e belgas, que ameaçavam interditar aos britânicos a bacia do grande rio africano. Em 1885, a Conferência de Berlim, esta-

belecendo que cada potência tinha direito apenas às áreas "efectivamente ocupadas" iria colocar Portugal em maus lençóis, no ano seguinte. Agora, com o apoio da França e Alemanha, propunha-se criar um império de costa a costa; embora as expedições de Brito Capelo Ivens e Serpa Pinto se revestissem de êxito, Portugal foi incapaz de enfrentar a forte ameaça militar da Inglaterra cujos interesses na Africa Setentrional ficaram comprometidos com esse império: o resultado foi a capitulação incondicional, que reflectiam para além do apoio "fictício" da França e Alemanha, a grande crise financeira desencadeada nos últimos anos da monarquia.

Apesar de renunciar a essa pretensão, Portugal deu início em 1891, como reacção ao fracasso anterior, a uma campanha de ocupação militar que só iria terminar em 1917, com a pacificação do Moçambique, no sudeste angolano. Só depois da I Grande Guerra, Angola e Moçambique ficariam sob o controle português.

Como se disse, a partir de 1880, as grandes companhias europeias começaram a sua expansão africana na Africa Ocidental, a United Africa Company e sucessoras, a National African Company e a Royal Niger Company administravam grandes áreas da Nigéria; na Africa Oriental a German East African Company administrava Tanganica, e a British East African Company o Quênia; na Africa do Sul, a British South Africa Company, enquanto no sudoeste africano se instalava a Deutsche Kolonial Gesellschaft. Na Africa portuguesa só em 1891 surgiram as primeiras: a Companhia de Moçambique, a Companhia do Niassa

e a companhia da Zambézia. O seu capital era, maioritariamente estrangeiro. A economia portuguesa não sofreu o incremento que as suas congéneres europeias sofreram no séc. XIX. Havia um grande atraso do sector privado, no orçamento nacional que se revelava incapaz de aguentar as infra-estruturas coloniais. Como tal a fisionomia das suas colónias tinha, forçosamente, de ser diferente das suas parceras alemãs, inglesas e francesas. Enquanto estas se encontravam estreitamente ligadas à Metrópole pelo forte e natural prolongamento económico, as portuguesas mantinham débeis laços comerciais com a metrópole, não se distanciando muito das antigas feitorias. O fraco desenvolvimento industrial da Metrópole, traduzia-se na Africa por uma completa impotência em transformar ao menos as indústrias extractivas em transformativas, com todo o subsequente marasmo económico.

#### Bibliografia:

- 'Portugal e o Fim do Ultracolonialismo' de Perry Anderson  
'Africa e Brasil' J. Rodrigues

Comissão de Curso de  
QUÍMICA-FÍSICA

## A MAIS VALIA

LUIS DE CARV. E OLIVEIRA in  
"AS CRISES ECONÓMICAS"

A mais-valia é a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor criado pelo trabalho.

A força de trabalho tem o valor da energia gasta na realização do trabalho. O valor da energia é igual ao valor das substâncias consumidas pelo trabalhador para se manter nas condições necessárias ao trabalho.

Estas substâncias não são apenas as que come mas também as que utiliza no seu vestuário, na sua habitação e da sua família, devendo ser incluídas também as despesas dos divertimentos e cultura pois que um trabalhador não é uma máquina e tem de manter o seu espírito em condições de tornar a sua actividade inteligente e eficaz. Evidentemente que a maior parte dos trabalhadores vivem com o mínimo destas condições o que torna a mais-valia muito maior.

O valor de todos estes meios de subsistência é que dá o valor à força de trabalho.

Trabalho é o único meio de criar valor e podemos defini-lo como sendo a actividade do homem em vista de determinado objectivo útil. É útil tudo quanto satisfaz as necessidades humanas. O trabalho cria valor porque as coisas por ele produzidas valem mais do que as coisas consumidas para refazer as energias gastas na sua realização.

O tempo de trabalho necessário para produzir valor igual ao das substâncias gastas na reposição das energias utilizadas nesse trabalho é menor do que o tempo que o trabalhador trabalha sem maior consumo de subsistências.

Por esta razão se divide o tempo de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho suplementar.

Durante o tempo de trabalho necessário o trabalhador reproduz o valor da sua força de trabalho; durante o tempo de trabalho suplementar o trabalhador oferece um excesso de valor. Este excesso de valor faz parte do lucro e vai ficar na mão do empresário. Como este só paga o suficiente para o trabalhador manter o mínimo indispensável das suas energias ele só pode adquirir no mercado uma pequena parte das quantidades que produziu. A outra parte vai ficando em "stock" de uns anos para os outros. A crise de abundância torna-se manifesta. De abundância no mercado, não de abundância nos lares.

# TEORIA MODERNA

Por princípio, a economia política confunde duas espécies muito diferentes de propriedade: a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e, a sua antítese directa, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece que esta só cresce sobre o túmulo daquela.

Na Europa Ocidental o berço da economia política, o processo da acumulação primitiva está mais ou menos concluído. Aí o regime capitalista ou se apoderou directamente de toda a produção nacional, ou, onde as condições económicas estão menos desenvolvidas, controla pelo menos indirectamente aquelas camadas da sociedade que, embora submetidas ao antigo modo de produção, continuam a existir ao lado dele, em decadência contínua. Nesse mundo do capital, pronto e acabado, o economista político aplica as concepções de direito e de propriedade do mundo pre-capitalista, com tanto mais zelo e unção tanto maior, quanto mais alto ululam os factos contra a sua ideologia.

Nas colónias, a coisa é diferente. Nelas, o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor que, possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com o seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista. A contradição entre esses dois sistemas económicos diametralmente opostos patenteia-se, na prática, na luta que se trava entre eles. Quando o capitalista se apoia no poder da mãe-pátria, procura afastar do caminho, pela força, o modo de produzir os bens e de se apropriar deles, baseado no trabalho próprio. O mesmo interesse que, na mãe-pátria, induz o sicofanta do capital, o economista político, a identificar teóricamente o modo capitalista de produção com o modo oposto, leva-o, nas colónias, a confessar tudo e a proclamar bem alto o antagonismo entre os dois modos de produção. Demonstra, então, como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da maquinaria em grande escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente conversão de seus meios de produção em capital. No interesse da

chamada riqueza nacional procura meios artificiais que estabelecem a pobreza do povo. A sua armadura apologética passa a esfarclar-se como frágil e seca folhagem.

O grande mérito de E.G. Wakefield é ter descoberto não algo de novo sobre as colónias,<sup>(1)</sup> mas a verdade, nas colónias, sobre as relações capitalistas na mãe-pátria. O sistema proteccionista nas suas origens<sup>(2)</sup> tinha em mira fabricar capitalistas na mãe-pátria, e a teoria da colonização de Wakefield, que a Inglaterra procurou por algum tempo pôr em prática através de leis, tem por objectivo fabricar assalariados nas colónias. Chama a isso "colonização sistemática".

## DA COLONIZAÇÃO\*

De início, descobriu Wakefield, nas colónias, que a própria idade de dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transformam um homem em capitalista, se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente. Descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efectivada através de coisas<sup>(3)</sup>. Um cavalheiro de nome Peel, conta ele com tristeza, levou víveres e meios de produção no valor de 50.000 £ esterlinas da Inglaterra para Swan River, na Austrália Ocidental. Peel foi prudente a ponto de levar consigo, além disso, três mil pessoas da classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças. Chegado ao lugar de destino "ficou Peel sem um criado para fazer sua cama ou trazer-lhe água do rio". Infeliz Peel, que previu tudo, menos trazer as relações de produção da Inglaterra para Swan River!

Para melhor compreensão de outras descobertas de Wakefield, duas observações prévias. Sabemos que não constituem

(\*)- Tratamos aqui das verdadeiras colónias, terras virgens colonizadas por imigrantes livres. Do ponto de vista económico, os Estados Unidos ainda são uma colónia da Europa. Incluimos também nessa categoria as velhas plantações onde as condições foram inteiramente modificadas com a abolição da escravatura.



## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

capital meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor directo. Só se tornam capital em condições nas quais sirvam também de meios para explorar e dominar o trabalhador. Mas, na cabeça do economista político, a alma capitalista que se encarnanesses meios está tão intimamente unida à sua substância material que ele os baptiza, em todas as circunstâncias, com o nome de capital, mesmo quando são a antítese directa deste. É o que faz Wakefield. Chama divisão igual ou capital a dispersão dos meios de produção como propriedade individual de muitos trabalhadores independentes entre si, trabalhando cada um por conta própria. O procedimento do economista político é análogo ao do jurista feudal. Este pregava as suas etiquetas jurídicas feudais a relações puramente monetárias.

"Se o capital", diz Wakefield, "fosse dividido igualmente por todos os membros da sociedade, ninguém teria interesse em acumular mais capital do que o que pode empregar com suas próprias mãos. Até certo ponto, é o que ocorre em novas colónias americanas, onde a paixão pela propriedade da terra impede que exista uma classe de assalariados."

Quando o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo o que pode fazer quando é o proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista, e o modo de produção capitalista, falta para isso a imprescindível classe dos assalariados. Como se realizou, então, na velha Europa a expropriação do trabalhador das suas condições de trabalho, estabelecendo-se a coexistência entre capital e trabalho assalariado? Por meio de um contrato social de uma espécie muito peculiar.

"A humanidade... adoptou um método simples para incentivar a acumulação do capital", a qual desde os tempos de Adão já se prefigurava em seu espírito como o fim último e único de sua existência; "Ela se dividiu em proprietários de capital e proprietários de trabalho... Essa divisão resultou de um entendimento voluntário, de uma combinação".

Em suma a massa da Humanidade expropriou-se a si mesmo imolando-se "a acumulação do capital", deveríamos então acreditar que esse instinto de abnegação fanática encontraria o campo livre para se expandir sobretudo nas colónias, únicas regiões onde encontramos pessoas e coisas em condições que tornariam possível a transferência desse contrato social do reino do sonho para o da realidade. Se isso fosse verdade, não seria necessário substituir a colonização espontânea pelo seu oposto, a "colonização sistemática". Mas, mas...

"Nos estados setentrionais da União americana, é duvidoso que chegue a um décimo a parte da população que pertence à categoria dos trabalhadores assalariados... Na Inglaterra... o grosso da população constituiu-se de assalariados".

Não possuindo a Humanidade trabalhadora esse instinto de expropriar-se a si mesma, em holocausto ao capital, a única base natural da riqueza colonial, mesmo segundo Wakefield é a escravatura. A sua colonização sistemática é mero expediente, pois no caso estão em jogo indivíduos livres e não escravos.

"Os primeiros colonizadores espanhóis em S. Domingos não recebiam trabalhadores de Espanha. Mas, sem trabalhadores" (isto é, sem escravos) "teriam perdido seu capital ou este, na melhor hipótese, ficaria reduzido a pequenas parcelas que cada pessoa pudesse empregar com suas próprias mãos. Isto ocorreu realmente na última colónia fundada pelos ingleses, onde um grande capital em sementes, gado e instrumentos perdeu-se por falta de assalariados e onde nenhum colonizador conservou capital bem acima do que podia empregar com suas próprias mãos".

Conforme vimos, a expropriação da massa do povo, que fica assim sem terra, forma a base do modo capitalista de produção. Uma colónia livre caracteriza-se por serem comuns grandes extensões de seus territórios, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa (4). Este é o segredo tanto do floresci-

## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

mento das colônias quanto do mal que as devora, sua resistência à colonização do capital.

"Onde a terra é muito barata e todos os indivíduos são livres, onde cada um pode obter à vontade um pedaço de terra, o trabalho é muito caro relativamente à participação do trabalhador no produto, e, além disso, é difícil conseguir trabalho combinado, qualquer que seja o preço por ele oferecido."

Nas colônias, não havendo ainda a dissociação entre o trabalhador e suas condições de trabalho inclusive a raiz destas, a terra, ou ocorrendo ela apenas esporadicamente ou em escala limitada também não há a separação entre agricultura e indústria, nem se verifica a destruição da indústria doméstica rural. Donde viria então o mercado interno para o capital?

"Nenhuma parte da população da América é exclusivamente agrícola, exceptuados os escravos e seus empregados que combinam o capital e o trabalho em grandes empreendimentos. Americanos livres que cultivam directamente a terra, exercem ao mesmo tempo muitas outras ocupações. Parte dos móveis e instrumentos que utilizam é feita por eles mesmo. Frequentemente constroem as suas próprias casas e levam ao mercado, qualquer que seja a distância, o produto da sua indústria. São fiandeiros e tecelões, fabricam sabão e velas, sapatos, e roupas para próprio uso. Na América, a agricultura, constitui muitas vezes negócio secundário de um ferreiro, de um moleiro ou de um vendeiro."

No meio dessa gente esquisita, que é que resta para o "abnegado" capitalista?

A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado,

mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação à acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos trilhos certos; a oscilação salarial, confinada dentro dos limites convenientes à exploração capitalista, e, finalmente, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista, uma relação de dependência absoluta, que o economista político em casa, na mãe-pátria, pode metamorfosear em relação contractual entre comprador e vendedor, entre dois possuidores igualmente independentes de mercadorias, o detentor da mercadoria capital e o detentor da mercadoria trabalho. A população absoluta cresce nas colônias muito mais rapidamente que na mãe-pátria, pois muitos trabalhadores lá chegam já adultos, mas, apesar disso, há escassez no mercado de trabalho. A lei da oferta e da procura não funciona nas colônias de acordo com o esquema capitalista. De um lado, o Velho Mundo lança continuamente capitais ávidos de exploração e sedentos de "destinância"; por outro, a reprodução regular dos assalariados como assalariados encontra os obstáculos mais impertinentes e em parte invencíveis. E nem falemos na produção de assalariados supérfluos em relação à acumulação de capital! O assalariado de hoje é o camponês ou artesão independente de amanhã trabalhando por conta própria. Desaparece do mercado de trabalho, mas não para recolher-se ao asilo de indigentes. Essa transformação constante dos assalariados em produtores independentes, que trabalham para si próprios e não para o capital e que enriquecem a si próprios e não o capitalista, repercute de maneira absolutamente desvantajosa sobre a situação do mercado de trabalho. Além de ficar num nível indecentemente baixo o grau de exploração do assalariado, este perde com a relação de dependência o sentimento de dependência para com o abnegado capitalista. Daí todos os males descritos de maneira tão eloquente e patética pelo br. vo Wakefield.

A oferta de trabalho assalariado, deplora ele, não é nem constante nem regular, nem suficiente. "É sempre reduzida e insegura".

"Embora seja grande o produto a ser dividido entre trabalhador e capitalista, o trabalhador fica

## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

com uma parte tão grande que rapidamente se transforma em capitalista... Poucos podem, mesmo quando têm vida muito longa, acumular grandes riquezas".

Os trabalhadores não permitem absolutamente que o capitalista seja tão desprezado a ponto de renunciar a lhes pagar a maior parte do trabalho que executam. Não adianta, para ele, a esperteza de trazer da Europa, junto com o seu capital, os seus próprios trabalhadores.

"Logo deixam de ser assalariados, logo se transformam em camponeses independentes ou mesmo em concorrentes dos antigos patrões no próprio mercado de trabalho".

Que horror! O bravo capitalista importou da Europa com o seu bom dinheiro o seu próprio concorrente em carne e osso! É o fim. Não admira que Wakefield se queixe da falta de disciplina e do sentimento de dependência dos assalariados nas colónias. Em virtude dos salários altos, diz o seu discípulo Merivale, "existe nas colónias um premente desejo de obter trabalho mais barato e mais submisso, reclama-se uma classe à qual o capitalista possa ditar as condições em vez de aceitar aquelas que lhe são impostas... Nos velhos países civilizados, o trabalhador embora livre, subordina-se por uma lei natural ao capitalista; nas colónias, essa dependência tem de ser criada por meios artificiais". (2)

Quais são as consequências, segundo Wakefield, dessa "anomalia" das colónias? Um "bárbaro" sistema de dispersão de produtores e da riqueza nacional. A dispersão dos meios de produção entre inúmeros proprietários que trabalham por conta própria impede a concentração capitalista e elimina assim toda a possibilidade de trabalho combinado. Todo o empreendimento de grande envergadura, que se estenda por vários anos

e exija apreciável dispêndio de capital fixo, tropeça em obstáculos que impedem a sua execução. Na Europa, o capital não hesita um instante, pois a classe trabalhadora constitui o seu acessório vivo, com elementos em excesso sempre à sua disposição. Nos países coloniais é diferente. Wakefield conta-nos um caso comovente. Esteve com alguns capitalistas do Canadá e do Estado de Nova Iorque onde as levadas de imigrantes muitas vezes encaham formando um sedimento de trabalhadores "supérfluos".

"O nosso capital", suspira um dos personagens do melodrama, "o nosso capital estava pronto para muitas operações que exigem prazo muito longo para a sua execução; mas podíamos começar essas operações com trabalhadores que, sabíamos, logo nos dariam as costas? Se tivéramos, então, a certeza de contar com o trabalho continuado desses imigrantes, imediatamente e com satisfação os teríamos contratado e a alto preço. Aliás, para o contratá-los não era impecilho a certeza de perdê-los; bastava-nos saber que contávamos com novo suprimento de trabalhadores, segundo as nossas necessidades".

Depois de confrontar a agricultura capitalista inglesa e o seu trabalho combinado com a dispendiosa economia agrícola americana, dando àquela ostentosa proeminência, Wakefield deixa escapar o reverse da medalha. Descreve o bem-estar, a independência, o espírito empreendedor e a relativa instrução da massa do povo americano, enquanto

"o trabalhador agrícola inglês é um João-ninguém miserável, paupérrimo... Em que país, excepto a América do Norte e algumas colónias novas, ultrapassam o salário pago ao trabalho livre empregado na agricultura o valor dos meios de subsistência mais necessários ao trabalhador?... Sem dúvida, na Inglaterra, os cavalos de tracção, por serem propriedade valiosa, são melhor alimentados que o trabalhador agrícola".

Não é mister aduzir novos factos. Mais uma vez, a ri-

## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

queza nacional identifica-se por sua natureza, com a miséria do povo.

Como curar a doença anti-capitalista que grassa nas colônias? Se, de um golpe, se transformassem todas as terras de propriedade comum em terras de propriedade privada, destruir-se-ia o mal pela raiz, mas as colônias seriam também destruídas. O artifício proposto para resolver o caso mata dois coelhos com uma só cajadada. O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra, (6) e transformar-se num lavrador independente. Assim se constitui, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo à medida que crescesse, para importar pobres da Europa e assim manter cheio para os senhores capitalistas o mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, tudo seria pelo melhor no melhor dos mundos possíveis. Este é o grande segredo da "colonização sistemática"

"Segundo o plano", exclama jubiloso Wakefield, "a oferta de trabalho tem de ser constante e regular. Primeiro, não sendo nenhum trabalhador capaz de adquirir terra, antes de trabalhar por dinheiro, todos os imigrantes que trabalhem, durante algum tempo, por salário e em combinação produziram capital habilitando o seu empregador a contratar mais trabalhadores. Segundo, todo o trabalhador que deixar de trabalhar por salário e se tornar proprietário de terra, ao comprá-la, fornecerá recursos para trazer novos trabalhadores para a colônia"

O preço da terra imposto pelo Estado deve naturalmente

ser suficiente, isto é, tão alto "que impeça os trabalhadores de se tornarem agricultores independentes até chegarem outros que tomem o seu lugar no mercado de trabalho". Esse "preço suficiente da terra" não passa de um eufemismo para designar o dinheiro do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de abandonar o mercado de trabalho e ir cultivar a terra. Primeiro, o trabalhador tem de criar o capital para o capitalista, afim de que este possa explorar mais trabalhadores, e, em seguida, tem de colocar no mercado de trabalho um substituto que o governo faz vir de além-mar, às suas custas, para servir a seu ex-patrão. É extremamente significativo que o governo inglês tenha posto em prática, anos a fio, esse método de "acumulação primitiva" prescrito por Wakefield, para uso específico das colônias. O fiasco foi naturalmente tão grande quanto o da lei bancária de Peel, o "Bank Act". O fluxo da emigração foi simplesmente desviado para os Estados Unidos. Entrementes, o progresso da produção capitalista na Europa, acompanhado de pressão governamental crescente, tornou supérflua a receita de Wakefield. As enormes e contínuas levas humanas, impelidas todos os anos para a América, deixa um sedimento estacionário no Leste dos Estados Unidos; a onda imigratória oriunda da Europa lança aí no mercado de trabalho mais gente do que a que pode ser absorvida pela onda emigratória que daí parte em busca do Oeste. A Guerra Civil Americana acarretou uma dívida pública gigantesca. Com esta vieram pressão tributária, a mais vil aristocracia financeira, entrega de parte enorme das terras de domínio público às sociedades de especulação para explorarem estradas de ferro, minas, etc. . em suma, a mais rápida centralização do capital. A grande República deixou de ser a terra prometida dos trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança lá a passos de gigante, embora o rebaixamento de salários e a dependência do assalariado não tenham de modo algum atingido os níveis normais europeus.

Foi denunciada pelo próprio Wakefield a vergonhosa prodigalidade do governo inglês, a de malbaratar, em favor de aristocratas e capitalistas, as terras incultas destinadas à colonização. Foi sobretudo na Austrália (7) que esse malbarato-juntamente com as levas humanas atraídas pela descoberta de ouro e com a concorrência que a importação das

## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

mercadorias inglesas faz ao mais ínfimo artesão -- produziu uma satisfatória "superpopulação relativa de trabalhadores," a tal ponto que a mala postal está sempre trazendo notícias funestas relativas ao abarrotamento do mercado de trabalho. E mais: lá em vários lugares a protituição medra tão exuberantemente quanto no Haymarket de Londres.

Mas, não estamos tratando aqui de examinar a situação das colônias. Interessa-nos apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobriu no Novo Mundo e proclamou bem alto: o modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador.

**NOTAS:** (1) As poucas observações lúcidas de Wakefield sobre a colonização já tinham sido feitas por Mirabeau pai, o fisiocrata, e mesmo antes por economistas ingleses

(2) Mais tarde, torna-se uma necessidade temporária da competição internacional. Quaquever que seja o motivo do proteccionismo, as suas consequências permanecem as mesmas.

(3) "Um negro é um negro. Só se converte em escravo, se houver certas condições. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Só em certas condições se transforma em capital. Fora dessas condições, não é capital, como o ouro em si mesmo e por si mesmo não é dinheiro ou o açúcar não é preço do açúcar... O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção".

(4) "A terra, para ser um elemento de colonização, não tem apenas de ser inculta; tem de ser também propriedade pública, possível de ser convertida em proprie-

dade privada"

(5) Mesmo o economista vulgar Molinari, o suave livre-cambista, diz: "Nas colônias onde foi abolida a escravatura, sem ter sido substituído o trabalho compulsório por quantidade correspondente de trabalho livre, temos observado exactamente o oposto daquilo que, entre nós, se passa quotidianamente. Nelas, vimos simples trabalhadores explorarem empresários, exigindo salários que não guardem nenhuma proporção com a parte legítima que lhes cabe no produto. Não tendo os empresários podido obter preço satisfatório para o seu açúcar, a fim de cobrir a elevação de salários foram obrigados a pagar o excesso, de início, com os seus próprios lucros e, depois, lançando mão dos seus capitais. A grande parte deles arruinou-se, enquanto outros encerraram os seus negócios ante a quebra eminente... Sem dúvida, é melhor ver soçobrarem acumulações de capitais que gerações humanas" (que generosidade!), "mas não seria melhor que não se destruíssem nem os capitais nem os seres humanos?". Mas, caro Molinari, que vai ser dos 10 Mandamentos, de Moisés e dos profetas, da lei da oferta e da procura, se o empresário, na Europa, pode diminuir a parte legítima do trabalhador, e o trabalhador, nas Índias Ocidentais, a parte legítima do empresário? E, por favor, que parte legítima é essa que, se segundo você mesmo, o capitalista na Europa deixa quotidianamente de pagar? De acordo com os ardentes desejos de Molinari, convém dar uma ajuda policial à lei da oferta e da procura que opera tão bem neutras latitudes, a fim de que funcione correctamente nas colônias onde os trabalhadores são bastante simples para explorarem os capitalistas.

(6) "Acrescentais que, graças à propriedade privada da terra e de capital, aquele que nada possui além de suas mãos, pode arranjar trabalho e ganhar a vida. Bem ao contrário, é graças à propriedade privada da terra que existem pessoas que nada possuem além de suas mãos... Quando colocais um homem no vácuo, vós o privais da atmosfera. E, quando vos apossais da terra, ...estais colocando seres humanos no vácuo on

## TEORIA MODERNA DA COLONIZAÇÃO

de não há riquezas, a fim de que só possam viver de acordo com vossa vontade" (Colins)

(7) Logo que a Austrália adquiriu o poder de legislar, promulgou naturalmente leis favoráveis aos colonizadores, mas, o malbarato das terras já consumado esborva os efeitos dessa legislação. "O primeiro e principal objectivo da nova lei de terras de 1862 é proporcionar maiores facilidades ao estabelecimento dos colonos" (by the Hon. G. Duffy, Minister of Public Lands, Londres 1862).

Karl Marx in "O Capital"

A.E.F.C.L.

elo 6

MAIO 71

REVISTA CULTURAL  
das  
COMISSÕES de CURSO

